

## A mídia e a crise política brasileira.

Rosemary Segurado (Universidade Católica de São Paulo).

*“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”*

A ordem do discurso  
Michel Foucault

O presente trabalho tem como objetivo analisar a dimensão política da imprensa escrita, a partir da cobertura das denúncias de corrupção no governo do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Para essa análise foram selecionadas duas revistas semanais, Carta Capital e Veja. A escolha dessas publicações se justifica por sua penetração em segmentos sociais específicos e por se constituírem como disseminadores dos discursos que definem as dinâmicas políticas e sociais.

Cabe ressaltar, que se trata da apresentação de considerações preliminares desse estudo e da construção de algumas categorias de análise para compreender a importância do fenômeno midiático na divulgação de informações que configuram o escândalo político.

Foram selecionadas as edições entre 18/05/05 e 20/07/05. Nesse período, verificamos centralmente as matérias que fazem a cobertura política semanal das denúncias que envolvem membros do Congresso Nacional (senadores e deputados), do Poder Executivo (ministros e assessores) de diversos partidos, além de outros atores considerados fundamentais para compreender os aspectos políticos em discussão.

As Revistas Veja e Carta Capital se diferenciam tanto pelo público-alvo quanto por sua linha editorial e pelo histórico de seus proprietários cujos aspectos ideológicos são bem distintos. Ambas procuram penetração nas classes média, porém atuam em segmentos diferenciados.

A revista Veja é o carro-chefe da Editora Abril, a maior editora de revistas e um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina. Com sede em São Paulo, publica hoje mais de 340 títulos vendidos nas bancas (com 26 milhões de leitores). É ainda proprietária de uma rede de TV a cabo (TVA) e da MTV brasileira, além das editoras Ática e Scipione, que detêm juntas a liderança no mercado brasileiro de livros escolares — publicam mais de 3.700 títulos.

A empresa foi fundada em 1950 pelo imigrante italiano Victor Civita, que antes de chegar São Paulo morou nos Estados Unidos, onde conseguiu da Disney os direitos de publicação da revista Pato Donald no Brasil. Depois veio toda a coleção Disney. Com a mudança na legislação brasileira, que desde 2004 permite a inversão de capital externo até o limite de 30% nas empresas de comunicação, no ano passado a Abril associou-se à Capital International Inc.

Criada em 1968, a revista Veja é a mais vendida no Brasil. Semanal de notícias, tipo Time, tem tiragem de mais de 1,2 milhão de exemplares e mais de 4,2 milhões de leitores. As publicações do Grupo Abril são ardorosas defensoras e propagadoras do Consenso de Washington e do neoliberalismo e adversárias ferrenhas da política externa do governo Lula. No campo político, embora se declare imparcial na cobertura (um vício da imprensa brasileira), alinha-se claramente ao bloco PSDB/PFL.

Carta Capital, revista semanal de economia, negócios, política e cultura — como se autodefine —, Carta Capital é editada por uma pequena editora (Confiança), que tem como sócios jornalistas da própria publicação e pequenos investidores. É comandada por Mino Carta, também italiano de nascimento e um dos mais importantes jornalistas brasileiros, que já dirigiu grandes redações de jornais e revistas, inclusive Veja. Mino Carta foi o fundador da Veja, que dirigiu de 1968 a 1977, quando deixou a revista por pressão do regime militar e por desentendimentos com Robert Civita.

Depois de várias tentativas infrutíferas de montar veículos de comunicação próprios, como alternativa aos conservadores conglomerados de mídia de propriedade familiar, Mino criou a Carta Capital em 1994 — primeiro mensal, depois quinzenal e, atualmente, semanal.

Carta Capital é o oposto de Veja. Tiragem pequena (58.000 exemplares), é dirigida a executivos e formadores de opinião. Seus textos são mais aprofundados, analíticos e contextualizados, num esforço de ir à essência dos fatos — ao contrário da superficialidade de Veja e outras revistas semanais.

Carta Capital tem uma postura progressista, claramente antineoliberal, de apoio a políticas de desenvolvimento econômico e de inclusão social, e de inserção soberana do Brasil na economia globalizada. Na eleição de 2002, assumiu explicitamente o apoio à candidatura Lula (fato incomum na mídia brasileira, que prefere esconder-se na “imparcialidade”), embora seja crítica da política econômica ortodoxa do ministro de Fazenda, Antonio Palocci.

## Divulgação das denúncias de corrupção no governo de Luis Inácio Lula da Silva

Em maio de 2005 os meios de comunicação brasileiros divulgavam denúncias de corrupção no governo do presidente Lula. Não se tratava da primeira denúncia envolvendo as instituições federais desde a posse do presidente em 2003, mas efetivamente estava deflagrada a primeira grande crise política instaurada na gestão atual.

As denúncias tiveram início a partir da divulgação de uma fita gravada secretamente por empresários na qual aparece um diretor da Empresa dos Correios narrando o esquema de propina existente na estatal e recebendo um maço contendo R\$ 3.000,00. A Empresa dos Correios é responsável pela movimentação de elevados recursos e seus principais diretores eram ligados ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)<sup>182</sup> que até aquele momento compunha base aliada do governo Lula.

O então presidente do partido, deputado Roberto Jefferson passou a estrelar um dos episódios mais midiáticos da cena política brasileira. Figura polêmica, Jefferson participou de todos os governos nos últimos vinte anos, tendo sido um dos mais firmes aliados do ex-presidente que em 1992 sofreu impeachment, por envolvimento em esquemas de corrupção.

Na gravação veiculada pela mídia televisiva o diretor da Empresa dos Correios afirma que recebe ordens do deputado Jefferson e explicita o esquema de propina existente nas empresas públicas, como por exemplo, as condições necessárias para se tornar fornecedor de uma empresa estatal. O funcionário dá detalhes operacionais sobre o direcionamento das empresas vencedoras de licitações e para concluir o “negócio” recebe em dinheiro o adiantamento do pagamento como garantia para que nada impedisse a continuidade do processo.

Essas imagens circularam na televisão e passaram a integrar o debate público sobre a corrupção no país. É importante lembrar que não se tratava da primeira vez que os brasileiros eram expostos a cenas como essa que há muito tempo fazem parte do contexto político.

O governo Lula reagiu na defensiva e afirmava que as denúncias estavam relacionadas a um complô das elites com o objetivo de desestabilizar o governo e de uma espécie de antecipação das eleições que serão realizadas no próximo ano. Nesse sentido, o processo investigativo daria uma espécie de palanque para que os partidos de oposição pudessem aparecer como alternativa à reeleição do presidente Lula.

A partir dessa análise os parlamentares que integram a base governista tentaram impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a existência de corrupção na empresa dos Correios. Apesar da investida de parlamentares do Partido dos Trabalhadores, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi aprovada com as assinaturas de 236 deputados e 52 senadores, inclusive do próprio Partido dos Trabalhadores (PT). Era o início da mais grave crise envolvendo membros do PT. Parlamentares, dirigentes do partido e até, o próprio presidente, cuja trajetória é marcada pela denúncia sistemática e combate a qualquer tipo de irregularidade no trato das questões públicas.

Num primeiro momento, o governo tentava evitar a instalação da comissão alegando se tratar de manobra eleitoral da oposição. Cabe esclarecer que no próximo ano haverá eleições para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais e o cenário político eleitoral começa a se definir desde agora e pauta a agenda de debates políticos do país. Entre os aspectos que preocupam o os integrantes do governo Lula está a possível ameaça à reeleição e a consolidação do projeto de poder do PT. Já a oposição tem se preocupado com a popularidade do presidente, principalmente nas classes C, D e E e vê nas investigações da CPMI a possibilidade de produzir desgastes no governo e de afetar a popularidade do presidente.

As revistas Carta Capital e Veja expressaram a tentativa por parte do governo de impedir a instalação da CPMI, considerando que como se diz o jargão da política nacional “CPI se sabe como começa, mas nunca se sabe como terminar”. Veja expressou a estratégia governamental da seguinte forma:

“O primeiro temor do governo, diplomaticamente dissimulado em público, é que apareçam novos tentáculos de roubo no aparato estatal, além do PTB e dos Correios” (...) “O Palácio do Planalto deslançou sua maior mobilização no Congresso desde aposse com a finalidade de barrar a CPI dos Correios. É uma pena. A investigação parlamentar, se sair, dará

---

<sup>182</sup> O Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado em 1945 pelo presidente Getúlio Vargas e sofreu várias mudanças em seu discurso e sua prática política. Na ditadura militar não exerceu atividade relevante e voltou a ter alguma presença no cenário político nos anos 80. O PTB desde esse período participou de todos os governos sempre ocupando algum tipo de cargo nas empresas estatais.

uma dupla contribuição ao país e ao Planalto: poderá revelar a extensão das falcaturas na máquina pública e ajudar a expulsar as más companhias do governo” (VEJA, 25/05/05: 39).

E a seguir conclui:

“Para quem não é político, é quase impossível entender por que uma CPI incumbida de apurar a corrupção pode provocar crise e piorar a imagem dos políticos e instituições. Não deveria ser ao contrário? A CPI apuraria os desvios nos Correios e identificaria os culpados, que seriam punidos, e as brechas para novas ações ilegais do mesmo tipo seriam fechadas. Resultado natural: políticos e instituições sairiam fortalecidos, com imagem renovada. Lula deve uma explicação aos brasileiros sobre por que está antevendo crise política e perigo para as instituições na investigação de corrupção de um funcionário de terceiro escalão dos Correios ligado a caciques do PTB, partido que, não é de hoje, sempre esteve na coluna dos custos dos governantes” (VEJA, 25/05/05: 45).

Em contrapartida a Revista Carta Capital fez a seguinte análise:

“No Brasil, a paralisação das votações no Congresso Nacional das últimas semanas, somada à abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar um bem documentado caso de corrupção em licitações envolvendo um funcionário de terceiro escalão dos Correios, supostamente patrocinado pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson (Rio de Janeiro), ganhou decibéis de crise institucional, diagnóstico que correu a imprensa e o meio político, como a sugerir soluções peninsulares. Vista de perto, essa é uma crise de origami, feita de papel, com adereços, bem em sua estrutura. É mais produto da arte do presidencialismo de coalizão brasileiro, na expressão do cientista político Sérgio Abranches (cuja governabilidade depende de uma maioria parlamentar heterogênea), combinada com interesses da oposição do que uma ameaça de convulsão institucional” (CARTA CAPITAL, 25/05/05: 32).

Em outra edição Carta Capital retoma a história política recente do país e a investigação de outra Comissão Parlamentar de Inquérito:

“Na epígrafe do relatório da CPI do Orçamento, em 1994, os parlamentares escreveram que ali começavam a ‘contribuir para o desmantelamento de corrupção no Estado’. O enlevo cívico dos congressistas levou o presidente da comissão, Benito Gama, a profetizar: ‘O Brasil não será mais o mesmo’. O senador Amir Lando deixou-se arrebatar: ‘Pressinto um novo arrebol de decência no destino da Pátria’. Onze anos depois, a mesma aurora dos novos tempos freqüenta os discursos dos integrantes da CPI dos Correios. Mas o Brasil, ao contrário das falsas profecias, continua o mesmo. Agora, como antes, operadores de caixa 2 tomam a ribalta, num número repetitivo incapaz de ser reescrito ou encerrado pelas inúmeras comissões parlamentares de inquérito que se seguiram. Ontem, com o PT na oposição. Hoje, com o PT no governo” (CARTA CAPITAL, 27/07/05: 18)

Para Carta Capital a questão eleitoral era um elemento chave para os partidos de oposição, principalmente o PSDB, conforme a seguinte reportagem:

“Palanque Tucano” (Nota de rodapé: Tucano é uma ave típica do Brasil e foi escolhida como símbolo do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira).

“A campanha para a eleição de 2006, indiferente ao calendário oficial, começou para valer. Um começo emoldurado pelas denúncias de corrupção envolvendo gente do primeiro e do segundo escalões e ligada a partidos da base aliada no Congresso. Os suspeitos não integram o núcleo do poder e, por isso, transitam com alguma dificuldade pelo Palácio do Planalto. Ainda assim as acusações que serão apuradas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, criada na quarta-feira 25, têm força suficiente para jogar o governo na berlinda e, por consequência, ameaçar a reeleição de Lula” (CARTA CAPITAL, 01/08/05: 26)

“Compartilha-se no Palácio a idéia de que a CPI dos Correios, a Comissão de Ética e a Corregedoria (três instâncias que investigam o mensalão) alimentarão a crise permanentemente. Não que se tema as investigações cheguem ao gabinete do presidente Lula.

Mas, segundo assessores da Presidência, a CPI produzirá em escala industrial requerimentos e depoimentos que terão o condão de manter as atividades da comissão na mídia pelos próximos meses” (CARTA CAPITAL, 22/06/06: 29).

A Revista Veja veiculava matéria de capa e apresentava aquilo que se constituiria o estopim de um dos momentos mais difíceis do mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Verifica-se que a reportagem opta claramente pelo julgamento sumário de lideranças importantes do governo e não se preocupa com o processo de investigação pormenorizada das denúncias, mas anuncia antecipadamente os responsáveis pela suposta organização do esquema de corrupção no governo. Nesse sentido, vemos as seguintes afirmações quando aborda os cargos existentes no governo federal:

“Na origem da praga da corrupção estão os 25.000 cargos de confiança no governo federal, que são ocupados por indicação política. Estima-se que do total, os petistas ocupem 16.000 cargos. Os outros 9.000 estão sob o controle dos partidos aliados. Se, por hipótese, 95% dos que batalhavam para ocupar esses postos foram movidos por objetivos íntegros, pelo interesse de fazer política à luz do dia e executar idéias defendidas nos programas de seus partidos, ainda assim haveria 1.250 cargos nas mãos de pilantras. É uma festa de cargos. A forma mais eficaz de evitar que esse festival de irregularidades prossiga é reduzir o número monumental de 25.000 cargos de preenchimento político – todos eles, um a um controlados pelo chefe da Casa Civil, o ministro José Dirceu” (VEJA, 18/05/05: 60).

Até então não se tratava de nenhuma novidade no país que tem uma história marcada por denúncias de corrupção, de uso indevido da máquina pública com benefícios para amigos dos que estão nas esferas de poder. A novidade era a suposta vinculação do Partido dos Trabalhadores na arquitetura do esquema, não somente na conivência, mas na compra sistemática de deputados para a votação de projetos de interesse do governo, conhecido como “mensalão”<sup>183</sup>.

Para operar tal esquema de mesada aos parlamentares da base aliada do governo, articulou-se um esquema que envolveu membros da alta cúpula do Partido dos Trabalhadores, o então tesoureiro Delúbio Soares, o ex-secretário geral Silvio Pereira e o publicitário Marcos Valério<sup>184</sup>, acusado pelo deputado Roberto Jefferson de ser o operador do mensalão.

O clima das denúncias aumentou quando o mesmo deputado Roberto Jefferson (PTB) concedeu entrevista ao jornal Folha de São Paulo explicitando detalhes de corrupção e aumentado as acusações contra o Partido dos Trabalhadores. A Revista Veja se refere ao deputado Roberto Jefferson como “homem-bomba” com a seguinte reportagem em 15/06/05:

“As denúncias de Roberto Jefferson ainda precisam de apuração, mas como já acertaram o coração do PT, comprometendo seu discurso em defesa da ética, e – o que é ainda mais grave – podem fazer sangrar o Palácio do Planalto. A pergunta inevitável é se Lula sabia das traficâncias do tesoureiro do PT. Antes mesmo que se tenha uma resposta sem rodeios a essa

<sup>183</sup> A expressão mensalão foi utilizada pela primeira vez pelo deputado federal Roberto Jefferson ao denunciar a existência de pagamento a deputados para a aprovação de projetos de interesse do governo. Segundo Jefferson, os pagamentos variavam entre R\$ 30 e R\$ 50 mil mensais e era articulado por membros do governo e dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Posteriormente, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a existência dessa prática no Congresso Nacional.

<sup>184</sup> Marcos Valério, publicitário foi avalista em empréstimos bancários feitos ao Partido dos Trabalhadores e se tornou uma das figuras centrais nas investigações, principalmente após seus depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que revelaram a estrutura do esquema de corrupção.

pergunta, o simples fato de a dúvida existir já atinge o presidente. Lula começou seu governo sendo comparado ao americano Franklin Roosevelt, presidente que venceu a II Guerra Mundial e tirou seu país da depressão econômica. Terá sorte se sair dele com a avaliação de que, pelo menos, foi diferente de Fernando Collor”(VEJA, edição 1909, pág. 54).

Apesar de mencionar a necessidade de apuração, Veja já deu seu julgamento prévio, antes mesmo de esperar o desenrolar dos fatos. Nessa mesma edição, apresentou várias denúncias de escândalos todos no governo de Lula e afirma que nenhum deles havia sido explicado à população. Entre elas destacamos a seguinte:

Título : “O mensalão da perua” (Nota de rodapé: perua é um termo pejorativo utilizado a mulheres que se vestem com roupas extravagantes e chamam muito atenção)

“Uma irresistível força gravitacional arrasta os governos do PT em direção a suspeitas da prática do mensalão, o pagamento de propina a parlamentares em troca de votos. No início de maio deste ano, VEJA tornou pública uma grave denúncia: vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, na legislatura de 2001 a 2004, recebiam uma mesada de até 120.000 reais mensais para aprovar projetos de interesse da então prefeita Marta Suplicy” (15/06/05 pág. 69).

Independente da veracidade das denúncias o tom da reportagem tem um forte aspecto simbólico. Em primeiro lugar, desqualifica de forma popularesca a ex-prefeita do município de São Paulo, Marta Suplicy que pertence ao Partido dos Trabalhadores. Em segundo lugar, nas vinte e sete páginas que traz informações sobre a crise, nota-se que há sempre o linchamento público de um partido e não a necessidade de esclarecimento de uma grave denúncia sobre os mecanismos de corrupção que envolve outros partidos.

Esse tipo de jornalismo praticado pela Revista Veja se enquadra na perspectiva da construção de um ambiente no qual o espaço da política é desvalorizado pela conduta adotada por políticos desonestos, corruptos e que todos são iguais. Essa desqualificação da política como espaço importante de debate e de ação para a transformação de múltiplos aspectos da vida humana não é contemplada. Esse tipo de cobertura jornalística privilegia a divulgação de escândalos que atingem a reputação dos políticos. Segundo o sociólogo J.B. Thompson, os escândalos políticos são característicos da sociedade moderna e tem nos meios de comunicação o elemento impulsionador da publicização de um determinado fato. A disseminação de uma informação pode gerar um escândalo de proporções irreversível para o exercício da vida pública na democracia representativa. Isso ocorre pela importância da conduta dos indivíduos, pela visibilidade proporcionada pela mídia e está relacionado aos valores presentes em cada sociedade.

De maneira geral, não se trata de discutir a imparcialidade da cobertura realizada pela imprensa, talvez seja mais fecundo pensarmos na importância da qualidade do debate sobre a crise política, independente dos elementos ideológicos que permeiam as opções editoriais de cada empresa de mídia. Nessa perspectiva, destacaríamos o papel desempenhado pela Revista Carta Capital na busca do aprofundamento do debate sobre questões cruciais do debate político atual. Sem esconder suas preferências ideológicas pelo presidente Lula, a publicação não se furta em tecer críticas a procedimentos inadequados dos membros do governo envolvidos nas denúncias de corrupção.

A intenção de qualificar o debate é um dos pontos fortes das reportagens, como podemos observar no seguinte texto de um de seus mais importantes articulistas, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo:

“Depois da ‘novela das 8’, do futebol das 10, o distinto público diverte-se com as CPIs à meia noite. A precária situação material e moral das massas facilita a penetração da cultura de

negação do político. Suscita uma espécie de individualismo dos desesperados, o que acentua a incapacidade de descobrir os fatores da desgraça comum.

O mito primário da luta do bem contra o mal impede o cidadão de desvendar as forças sociais que impulsionam os comportamentos individuais. O chamado público não consegue perceber as diferenças, tantas são as semelhanças, e isto transforma a política numa guerra de efeitos especiais. A indiferenciação das posições e das atitudes abre caminho para o avanço de projetos e idéias conservadoras, porque, afinal, “todos são farinha do mesmo saco” (Carta Capital, 22/06/06, pág. 33)

A qualidade do debate político articulado pelos meios de comunicação é na atualidade fundamental para o aprofundamento de questões tão importantes como a natureza do sistema político brasileiro, as regras do sistema partidário e principalmente, enfrentar o debate mais importante que é sobre a viabilidade da democracia representativa. Deslocar o foco das atenções para esse viés de discussão seria mais enriquecedor que o festival de denúncias tão apreciado pelo jornalismo investigativo.

Em seu estudo sobre escândalos políticos e mídia, Vera Chaia ao analisar alguns telejornais que cobriram denúncia de corrupção na Câmara Municipal de São Paulo, episódio conhecido como a “Máfia dos Fiscais”, destacou a importância de se analisar o desenvolvimento do escândalo político considerando as características culturais e sociais de cada país e conclui que ele faz parte da sociedade moderna. Chaia destaca a comercialização do escândalo pelas empresas de comunicação e o papel desempenhado pelos profissionais de mídia, pelo jornalismo investigativo que se colocam como defensores do interesse público. Nesse sentido, publicações tipo Revista Veja se consideram os verdadeiros guardiões do interesse público e como incansáveis defensores da transparência e, por esse motivo, trazem à tona os segredos dos políticos.

Em primeiro lugar, é necessário caracterizar um escândalo político. A corrupção se transforma em escândalo político quando ocorre a descoberta de violação da legislação ou das regras relacionadas aos procedimentos que caracterizam o funcionamento da estrutura burocrática da engenharia do Estado. A falta de ética na atuação parlamentar conduz a perda de legitimidade do representante e, principalmente, do sistema político vigente que fica sob suspeição, conseqüentemente, o poder simbólico, considerado um recurso valioso na articulação de política passa a contabilizar negativamente na imagem do governante.

A publicização dos fatos ocorridos no desenrolar da crise política é acompanhada atentamente pela população. O tema vem mobilizando parcelas significativas da população em busca de informação sobre os detalhes das reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, desde o surgimento de novos atores envolvidos nas denúncias até a divulgação de novas evidências que compõe a dinâmica do funcionamento da estrutura de corrupção existente no país. Esses aspectos reforçam a necessidade de acompanhamento das discussões através dos meios de comunicação. É uma rede que retroalimenta todo um sistema no qual a mídia divulga informações, a população busca se informar pelo meio que lhe é mais acessível e posteriormente os institutos de pesquisa de opinião realizam pesquisas para colher as impressões da população e divulga-las pelos meios de comunicação e, assim sucessivamente.

Em momentos de crise política, tais como o vivido na atual conjuntura brasileira, há um conjunto de aspectos que compõe a complexa teia do poder institucional. Em boa medida, a excessiva circulação de informações pela mídia não significa esclarecimento da situação e menos ainda a imparcialidade dos enfoques. É importante pensarmos nos atores envolvidos, em quem se beneficia e quem se prejudica com a divulgação de um escândalo político.

O grande paradoxo está na relação entre a mídia e os políticos. Se, por um lado, as lideranças políticas necessitam dos meios de comunicação para produzirem e disseminarem sua imagem, por outro, a visibilidade pode revelar aspectos que não poderiam vir à tona por expressarem uma prática política que não está de acordo com a liturgia do cargo que se exerce. Nesse processo os líderes políticos ficam expostos à desmoralização, julgamentos e condenação frente à população. Portanto, compreender a natureza do discurso nessa dinâmica é essencial para se compreender em que medida ele é o próprio campo de disputa no embate estabelecido, o discurso é o lugar no qual o poder político se exerce.

“o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2002: 10).

Seguindo as pegadas de Michel Foucault temos algumas perspectivas para começar a compreender o aspecto midiático da crise. Trata-se apenas de informar a população sobre o destino de seus tributos nas teias da corrupção ou podemos ir um pouco além? Se pensarmos no discurso como campo de disputa, veremos que esse é o elemento norteador da lógica discursiva dos atores: parlamentares, membros do governo, empresários e veículos de comunicação. Cada qual desempenha um determinado papel, defende um conjunto de interesses e se manifesta dentro das relações de força na qual o saber-poder é uma dos elementos chaves do dispositivo político.

A heterogeneidade dos sujeitos, das estratégias e dos interesses que compõe o cenário da crise política merece alguns esclarecimentos prévios para que se compreenda minimamente o jogo de forças estabelecido no sistema presidencialista vigente no Brasil. Em primeiro lugar, nenhum presidente é capaz de governar sem garantir o número de parlamentares suficientes para a aprovação dos projetos de lei importantes para o exercício do seu mandato. Evidentemente, não se trata de tarefa simples a conquista de adeptos a sua política que estejam organizados em outros partidos políticos e, às vezes, até mesmo dentro de sua própria legenda.

As negociações para viabilizar a propalada governabilidade se iniciam nas campanhas eleitorais. No presente trabalho não trataremos da organização do sistema eleitoral brasileiro dada sua complexidade e por entendermos que esse seria o foco de outro estudo. Como nenhum partido é capaz de sozinho compor a maioria necessária busca uma base de apoio que lhe garanta sustentação capaz de viabilizar a atuação governamental. Naturalmente, as alianças políticas não são definidas considerando os critérios programáticos dos partidos e a escolha para se dirigir uma empresa estatal é definida pela necessidade de acomodação nos cargos existentes para gerir o Estado.

É importante compreender que o poder não tem um lugar central, ele funciona em rede de poderes e contrapoderes. Portanto, nenhum dos atores da conjuntura política atual detém o poder isoladamente, a capilaridade e o aspecto pendular das relações estabelecidas para o exercício do poder se manifesta nos acontecimentos e se materializa nos discursos.

### **Crise institucional e crise política**

A partir da divulgação das reportagens denunciando a existência de corrupção na empresa dos Correios, observamos mais uma vez o retorno da discussão sobre o uso indevido da máquina pública e a existência dos tradicionais esquemas de corrupção existentes no país. Nesse momento, o grande diferencial é que essa articulação estava sob o comando de um partido da base aliada do governo do presidente Lula, cujo patrimônio ético até então consistia em uma das principais características da trajetória do Partido dos Trabalhadores.

As informações que vieram a público a partir dessas denúncias levantam suspeitas sobre a atuação ética e a idoneidade dos parlamentares do Legislativo federal (deputados e senadores), do Poder Executivo (ministros, assessores e ocupantes de cargos de relevância na estrutura administrativa federal) e de dirigentes partidários envolvidos em escândalos de corrupção. Seguramente, muitos elementos desse escândalo configuram uma crise política de extrema gravidade e a pergunta que fica é se essa crise é suficiente para colocar em xeque a institucionalidade.

Optamos por aborda-las conjuntamente considerado que a crise política está totalmente permeada pela forma como as instituições públicas são geridas no sistema político presidencialista e especificamente como vem sendo conduzida pelas lideranças governamentais. Discutir a falência do sistema político não deve ser ocupação somente daqueles que foram conduzidos ao poder legislativo ou executivo, mas da sociedade de maneira geral, e nesse sentido, a responsabilidade dos meios de comunicação é fundamental para o desenvolvimento desse debate.

De maneira geral, a tendência da mídia é espetacularizar a divulgação das informações sobre denúncias de corrupção e nesse processo verificamos a instrumentalização dos meios de comunicação, e as múltiplas formas utilizadas pelo jornalismo investigativo para a manutenção de seu papel de guardião da verdade, reforçando ainda mais sua importância e seu lugar de destaque no desenvolvimento da crise.

“Se o espetáculo, tomado sob o aspecto restrito dos ‘meios de comunicação de massa’, que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como

simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade. Se as necessidades sociais da época na qual se desenvolvem essas técnicas só podem encontrar satisfação com sua mediação, se a administração dessa sociedade e qualquer contato entre os homens só se podem exercer por intermédio dessa força de comunicação instantânea, é porque essa 'comunicação' é essencialmente unilateral" (DEBORD, 1997: 20/21).

A Revista Veja aborda a crise política da seguinte forma:

"O que o PT não entendeu é que será impossível e inútil tentar espantar a crise atual com um palavreado vazio, como se a platéia fosse formada por uma massa de imbecis. Na segunda-feira de manhã, tão logo a entrevista-bomba de Jefferson chegou às bancas, o PT levou quase quatro horas reunido para, ao fim, lançar uma nota pífia. Sem a indignação dos injustiçados, a nota limita-se a dizer que as denúncias não têm 'o mínimo fundamento na realidade' - e, oito horas depois, para desmoralização do teatro petista, o próprio presidente Lula confirmaria que ouvira, sim o 'comentário genérico' de Jefferson. Na nota, o PT ainda cai na estupidez de afirmar que a relação do partido com as legendas aliadas 'se assenta em pressupostos políticos e programáticos'" (REVISTA VEJA, 15/06/05, pág. 59).

As mesmas denúncias de corrupção envolvendo o partido do presidente são abordadas nas reportagens que divulgam os principais aspectos que compõe a atual crise. Para discutir a crise política, a Revista Carta Capital entrevistou em 15/06/05 um dos mais importantes cientistas políticos do Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos. Ao ser questionado sobre a configuração de uma crise, analisou:

"A palavra crise entrou no vocabulário diário da política desde janeiro de 2003. Falou-se de crise todos os dias. Agora, sim, há uma crise política. É uma crise importante. Mas é uma crise normal em sistemas democráticos funcionando, operando. Quer dizer, democracia com uma oposição musculosa como não havia, por exemplo, no governo Fernando Henrique.

Revista Carta Capital – Oposição mais forte...

Wanderley Guilherme dos Santos – Agora tem. Não tinha imprensa contra, agora tem. Vivemos um período democraticamente muito vivo do que no governo passado. Tem capacidade de agitar e criar problemas e de interferir na agenda política. Por consequência, a maioria da imprensa está com a oposição(...)" (CARTA CAPITAL, 15/06/05 pág. 37).

Notamos na abordagem da Carta Capital a abertura para as análises mais fundamentadas sobre a crise política, articulando-a ao contexto histórico-político brasileiro. Entre os elementos nota-se a presença de discussões sobre o sistema partidário vigente no país, apontado sob enfoques diversos, ressaltando as características intrínsecas do sistema e suas vinculações com o regime presidencialista.

Evidentemente, todas as denúncias devem ser rigorosamente averiguadas e os processos de corrupção devem ser concluídos com a devolução de todos recursos desviados do poder público a seus lugares de origem. Mas trata-se de pensar a atualidade como uma possibilidade extremamente oportuna para se discutir a lógica do sistema político vigente. Para além da necessidade de reformas das instituições é fundamental aproveitarmos a crise atual para articularmos o debate político amplo a partir do qual a sociedade possa expressar suas opiniões sobre a organização das instituições.

A diferença da cobertura política desenvolvida pela Carta Capital e a realizada pela Veja é que mesmo que ambas estejam se referindo aos mesmos episódios ocorridos no âmbito da crise, que estejam narrando os mesmos, as abordagens se diferenciam justamente no aprofundamento dos elementos mais significativos da crise. Nota-se, independente da perspectiva ideológica articulada nas reportagens de Carta Capital, que análise não restringe a discussão dos dirigentes políticos envolvidos na crise. Há um claro interesse em lançar questões para o aprofundamento do debate que se coloque além da sempre reiterada punição aos responsáveis por crimes de corrupção. Esse é o elemento fundamental para a discussão da crise política atual, para além do denunciamento realizado pela maioria dos veículos de comunicação e pelo caráter punitivo, trata-se de analisarmos os aspectos constitutivos do sistema político brasileiro que proporcionam esses episódios.

Nesse sentido, nota-se que a reforma política engendrada nos meios e pelos meios de comunicação apresenta duas vias distintas. Primeiro, a reforma pode ser entendida por meio do processo de substituição de dirigentes dos órgãos públicos que estão sob suspeição no processo de investigação das denúncias de corrupção no governo. O presidente Lula substituiu também alguns ministros importantes o



dirigentes de empresas públicas seja pelo envolvimento em escândalos seja por reacomodar a base de apoio partidária do governo. Essa reforma tinha como objetivo sinalizar uma reforma da base de sustentação do governo, além de fazer com que os ministros petistas pudessem ocupar cargo importantes da direção do partido, considerando a substituição do presidente, José Genoíno que deu lugar a Tarso Genro, ex-ministro da Educação,

Colocar em discussão o sistema partidário é também colocar em xeque a indústria eleitoral do país. A cada ano eleitoral as cifras são maiores, os dispositivos utilizados para chamar a atenção dos eleitores se sofisticam e exigem um nível de profissionalismo como os vistos em empresas atrás de consumidores. O marketing eleitoral está para o processo eleitoral da atualidade como a militância partidária esteve para o PT em suas origens....

“De acordo com o professor da Universidade de São Paulo (USP) Gaudêncio Torquato, especialista em marketing político, para se chegar a cada eleitor, gasta-se, em média, de R\$ 12 a R\$ 15. Uma campanha para governo de um estado do Nordeste custa entre R\$ 20 milhões e R\$ 25 milhões. Em estados pequenos, cerca de R\$ 7 milhões a R\$ 10 milhões. Em São Paulo, cerca de R\$ 60 milhões a R\$ 70 milhões (...) Se do ponto de vista gerencial bater à porta dos endinheirados faz sentido, do ponto de vista político essa aproximação deve se resguardar de alguns cuidados e não ser feita às escuras ou por via de caixa 2, para evitar que sejam impostas contrapartidas pelos financiadores” (CARTA CAPITAL, 20/07/05: 30).

No entanto, não se tratava somente de rearranjos normais do processo político. A saída do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, marcou um dos episódios mais significativos da crise. José Dirceu foi presidente do Partido dos Trabalhadores, deputado estadual e federal e com seu estilo polêmico era considerado um dos homens fortes do partido. Com uma biografia cinematográfica entre o início da atividade política no movimento estudantil, o exílio em Cuba, a clandestinidade são alguns dos momentos que marcam a vida política do ex-ministro de Lula. Ele foi peça chave na engenharia do governo à frente da Casa Civil, ministério que concentra grande poder na estrutura institucional.

Desde 2003 estava sob a mira de investigações quando um de seus assessores foi envolvido em denúncias de corrupção. Mas seus dias na direção da Casa Civil estavam contados a partir do depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB) na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, no qual reafirmou a existência do mensalão e acusou José Dirceu de ser chefe de um grande esquema de corrupção dentro do governo.

Carta Capital:

“Numa performance repleta de caras e bocas e frases de efeito, o deputado citou seis líderes e próceres de partidos como gerentes da distribuição e afirmou que, no vértice do esquema chamado mensalão, cuja finalidade seria remunerar a fidelidade dos parlamentares da base governista, estaria então o ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Teatral, Jefferson produziu a seguinte frase: ‘Sai daí, Zé Dirceu, Sai daí rápido (do planalto) para não fazer mal a um homem inocente, correto (o presidente Lula, que, segundo Jefferson, desconhecia o esquema e, quando avisado, mandou interromper)’. Segundo Jefferson, o parceiro de Dirceu na operação seria o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, sobre quem recairia a responsabilidade pela arrecadação da mesada no valor entre R\$ 20 e R\$ 30 mil.” (CARTA CAPITAL, 22/06/05: 26/27).

Veja retratou da seguinte forma:

“Cai o próprio José Dirceu, também com água até o pescoço em um mar de suspeitas. E vai juntar-se a seus aliados mais fiéis dentro do PT, todos igualmente sob a mira das denúncias de ajuda financeira eleitoral clandestina e pagamento de mensalão: José Genoíno, Silvío Pereira e Delúbio Soares. A seus interlocutores próximos, o presidente Lula disse que a demissão de José Dirceu, companheiro de tantos anos com o qual mantém uma relação de respeito embora pontuada por atritos e divergências, foi ‘a decisão mais difícil’ de seus trinta meses de governo” (VEJA, 22/06/05: 52).

Por outro lado, a reforma pode ser compreendida num sentido mais amplo que envolve a estrutura partidária existente no país, o financiamento das campanhas eleitorais entre outros aspectos.

#### 4) Patrimônio ético

O patrimônio ético sempre foi a marca registrada do Partido dos Trabalhadores e, durante a trajetória de construção do partido e o surgimento da liderança do ex-metalúrgico que se tornou símbolo da história da esquerda brasileira e internacional.

A radicalidade do partido no que diz respeito à defesa da ética na política e a inovação das práticas de construção partidária caracterizou a origem do partido que desde 1982 disputa cargos públicos nos poderes legislativos e executivos. Sempre à frente de denúncias contra as irregularidades na relação entre políticos e o trato da coisa pública. O PT já foi objeto de estudo de intelectuais de várias partes do mundo e incensado como a grande alternativa à esquerda democrática.

O presidente Lula disputou quatro eleições presidenciais 1989, 1994, 1998 e 2002 elegeu-se com aproximadamente 53 milhões de votos. Apesar das críticas a política econômica e da tímida inovação no trato das questões sociais, entre elas a reforma agrária, algumas políticas compensatórias realizadas por intermédio de programas sociais contribuem para que as classes C, D e E vejam na figura do presidente a possibilidade de melhorarem suas precárias condições de vida, conforme apontam as pesquisas de opinião pública.

Essa liderança foi constituída ao longo de uma trajetória iniciada no movimento sindical no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, emblemático pólo de resistência à ditadura militar que governou o país durante três décadas. Luis Inácio Lula da Silva foi um dos mais importantes articuladores do chamado *novo sindicalismo*, movimento que desencadeou a construção do CUT (Central Única dos Trabalhadores).

No campo político-partidário, o presidente Lula ao lado de outros sindicalistas, intelectuais progressistas e de representantes de movimentos sociais, criaram o PT (Partido dos Trabalhadores) no final dos anos 70, para organizar a sociedade pelo fim do regime militar com a bandeira da defesa da organização sindical, política, da liberdade de expressão e garantia de uma imprensa livre. Esses aspectos entre tantos outros contam a história de um partido – e de seu maior símbolo, o presidente Lula – considerado o grande laboratório de inovação das práticas sociais e da instauração de novas práticas políticas.

Esse percurso repleto de episódios emblemáticos da história política brasileira tais como luta pela anistia dos exilados políticos do regime militar, campanha pela aprovação das eleições diretas para presidente (1983), organização do movimento nacional pela estabelecimento da assembléia constituinte (1988) responsável pela elaboração da nova constituição, organização de diversos movimentos sociais como por exemplo o MST (Movimento dos Sem Terra) criado em 1984, somente para citar alguns dos mais representativos momentos da história recente do país.

Essa trajetória teve como eixo à postura ética e a luta contra os tradicionais esquemas de favorecimento político tão presentes em nossa cultura política. É incontestável o papel fundamental do presidente Lula e por isso se tornou uma das mais importantes referências da política nacional e internacional, destacando-se como liderança no continente latino-americano, atuando em diversos conflitos regionais por meio da política externa de estabelecimento de um espaço de diálogo e intercâmbio entre os países.

Sem dúvida, o patrimônio ético do Partido dos Trabalhadores e do presidente Lula sofre um grande abalo a partir das denúncias e dos depoimentos das figuras-chaves envolvidas nesse processo. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores pode ter sido vítima daquilo que tanto se criticou ao longo de sua história. Criticava os políticos que apareciam na mídia com promessas de transformar a realidade da população brasileira e por trás do espetáculo midiático incorria em formas ilícitas de se fazer política.

Revista Veja:

“De acordo ainda com a pesquisa do instituto Ipsos-Opinion, o PT que dava a impressão de ser o monopólio da honestidade, hoje é visto como um partido de larápios. Apenas 35% da população acha que o PT é honesto. E chega a 54% a parcela dos que acreditam que toda, frise-se, toda a cúpula do partido está envolvida em corrupção. O que inclui o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que foi o homem mais forte do governo nos primeiros trinta meses da gestão de Lula(...)

O pior é que fica cada vez mais difícil acreditar que Lula não sabia de nada. Diz-se que o presidente terá tomado conhecimento das denúncias do mensalão em mais de uma ocasião” (VEJA, 13/07/05: 62).

Se considerarmos que a mídia na atualidade está para a sociedade de controle, assim como as instituições panópticas estiveram para as sociedades disciplinares, passamos do dispositivo panóptico que significava ver sem ser visto para o dispositivo atual que significa ser visto pela multidão de espectadores.

## Elementos estéticos

As diferenças na cobertura das duas publicações também pode ser verificadas quanto aos elementos estéticos que estão presentes nas reportagens.

A Revista Veja além de fazer montagens com ícones do poder executivo federal, como os edifícios da arquitetura modernista de Oscar Niemayer, por exemplo, apresentar o lago que contorna o Palácio do Planalto com lamas, fazendo coro com a expressão tão freqüente na atualidade que é associar a crise política ao mar de lamas ou a sujeira da política.

As fotos utilizadas utilizam ângulos que sugerem desespero do presidente Lula frente às denúncias, a imagem de Lula apenas por seu espectro e de perfil com a frase ao centro “Mensalão – quando e como Lula foi alertado” (VEJA, 20/07/05 – capa).

Pela segunda semana consecutiva a capa da revista sugeria o conhecimento de Lula sobre os processos de corrupção de membros de seu governo. Na edição de 13/07/05 aparece foto de Lula com o olhar ao longe e a manchete: “Ele sabia?” E na seqüência a divulgação de uma pesquisa de opinião:

“Pesquisa

- 55% dizem que Lula sabia da corrupção
- 48% acham que o PT é um partido desonesto”

Em duas outras capas aparece a foto do publicitário Marcos Valério e a seguinte manchete:

“A Chantagem – 200 milhões para ficar calado”

A história secreta de cômico Marcos Valério emparedou o governo ao ameaçar contar tudo”

Nessas capas a foto de Marcos Valério aparece acima do Palácio do Planalto como se fosse uma espécie de nuvem negra rondando o governo.

Na outra aparece ao lado das assinaturas de Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT) como avalista de empréstimos feitos ao PT.

### CAPAS CARTA CAPITAL

15/06/06 – palácio do planalto envolto em nuvens tempestuosas e um grande sinal de interrogação com as seguintes frases:

“ O que de fato está por trás da história do mensalão

Lula temporizou mas a elite tenta sangrá-lo até o fim

Em questão, os sistemas de governo, de poder e de vida do povo brasileiro”

29/06/05 –

foto de Karina Somazio – ex- secretária das empresas do publicitário Marcos Valério que realizou denúncias de corrupção e confirmou que o PT tinha o publicitário como o operador do mensalão, conforme as denúncias do deputado Roberto Jefferson

Título grande: HAJA LAMA

frases:

“ Olhem só quem aparece na crise: Daniel Dantas. As conexões do orelhudo com a secretária e o tesoureiro do PT

As últimas de Jefferson, tratado como herói

A mão dos financiadores nos projetos dos parlamentares

O jogo dos financiadores nos projetos dos parlamentares

O jogo de chantagem entre duas empresas de mídia”

Carta Capital: 06/07/05

Capa contém foto de Antonio Palocci (ministro da fazenda), olhando para cima do óculos

Manchete: Homem Forte

Frase:

“ Antonio Palocci agrada aos gregos. E os troianos? Em meio à crise o poder do ministro da Fazenda e sua vocação para a conciliação.

Esses elementos estéticos atuam no sentido de complementar o conteúdos das reportagens e fornecem imagens que se mantêm no imaginário da população que, mesmo que não leia a reportagem tem como referência as imagens associadas aos escândalos políticos.

A mídia não inventou a crise política, apenas trouxe a público episódios condenáveis das práticas políticas existentes no país. No entanto, nota-se que os meios de comunicação atuam como um dos sujeitos mais importantes da crise e estão permanecendo constantemente pautados a por um tipo de discurso que produz verdades e se coloca como o guardião da ética e como único isento de responsabilidades na crise instaurada no país, credenciando-se como o sujeito mais capaz de disseminá-las amplamente.

De fato, é o que ocorre. Os depoimentos dos envolvidos nas denúncias se transformaram na maior espetacularização midiática da história política brasileira, uma espécie de reality show da política, fórmula que faz muito sucesso entre os telespectadores do país, principalmente se observarmos o aumento de audiência das emissoras legislativas e dos telejornais, além do aumento de vendas das publicações que discutem a crise política do país.

#### Bibliografia básica:

- BRIGGS, Asa & BURKE, Peter, *Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CHAIA, Vera, *Jornalismo e política*, São Paulo: Hacker, 2004.
- DEBORD, Guy, *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FAUSTO NETO, Antonio [et al.](Orgs.) , *Práticas Midiáticas e Espaço Público*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- FOUCAULT, Michel, *A ordem do discurso*, 8<sup>a</sup>. ed., São PAULO: Loyola, 2002.
- MORAES, Denis, *Por uma outra comunicação*, 2<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.
- THOMPSON, John B., *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

Revista Carta Capital – edições semanais no período: 18/05/05 a 20/07/05

Revista Veja - edições semanais no período: 18/05/05 a 20/07/05